

serviços Jurídicos

Dr. RÔMULO JOSÉ DE BARROS LINS
Rua 11, nº16- Conjunto Parque Tropical –
Parque 10.
(92) 3642-9264/ 99143-0769/ 98222-8688

GOMES E BICHARRA ADVOGADOS
ASSOCIADOS
Rua Franco de Sá, 270, Ed. Amazon Trade
Center, 1º andar, sala 110, São Francisco
(92) 3611-3911

Serviços de saúde

PLANO DE SAÚDE SUL AMÉRICA
R. Des. Clotário Portugal, Centro
(92) 8424-8894/8409-9417

CLÍNICA DR. BRÍGIDO TORRES
Rua Visc. de Porto Alegre, Pça 14 (92)
3234-2332/3622-6082

CLÍNICA MAG TERRA
Rua Ferreira Pena, Centro
(92) 3656-7447/3239-3834

**Conslt. Psicologia KAITE PRADO &
ISAAC OLIVEIRA**
Travessa Baltazar, 05, Adrianópolis
98196-3939/98416-0123

**PLANO AMIL SAÚDE E PLANO AMIL
DENTAL**
Rua Franco de Sá, 310-Edifício Atrium, 7º
andar, sala 703- São Francisco
Contato: 98137-2694/ 98412-5201

PLANO ODONTOLÓGICO UNIODONTO
Av. Leonardo Malcher, 598- Centro
Contato: 2126-0630

ESPAÇO PSI FIVE - PSICOLOGIA
Endereço: Rua Belo Horizonte Nº 1160, 1º
andar- Adrianópolis.
Telefone: 99447-3770/98822-4430

PSICOLOGIA CLÍNICA
Endereço: Ed. Skye Platinum Av. Theomário
Pinto da Costa, 811, Sala 805- Chapada.
Telefone 99997-2661/ 98122-8523

Mercados

SUPERMERCADO NOVA ERA
Av. Torquato Tapajós,
(92) 3090-5000

Drogarias

DROGARIA FARMABEM
(5% DESC em perfumaria e 12%
medicamentos).
Rua Judith Mota, Parque 10. (92) 2123-
3535 / 3216-5710

DROGARIA SANTO REMÉDIO
(a parti de 70% DESC.)
Rua Judith Mota, Parque 10.
(92) 3212-8000

**DROGA MED e
PLANO DE SAÚDE CRED-FÁCIL**
Rua Tapajós, 688, Centro
3008-5455/3308-5443/98170-1230

DROGARIA SANTA PHARMA
Rua Leonardo Malcher, 1851, Centro
3342-0300/99132-1313

Serviços diversos

FUNERÁRIA CANAÃ
Boulevard Álvaro Maia, Praça 14 (92) 3231-
2007-3231-1767

TUCUXI RÁDIO TAXI
(Limite de R\$ 400 p/desc consig)
(92) 2123-9090/0800- 9705050

LIVE ACADEMIA
Rua Mitiko, 397, Parque Dez
3307-9622

FUNERÁRIA PAX UNIÃO
Alameda Cosme Ferreira, 1512, Coroado
99372-9738/98227-1120

TIM SMART PLACE
Av. Cosme Ferreira, 4605 Shopping São
José, Loja 9- Térreo. Tel: 3234-7907

**KMV AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO -
VIAJE BEM**
(10% a 30% desc.)
(92) 8165-1611/ (31) 99594-6078

AGÊNCIA FLYWORLD VIAGENS MANAUS
Av. Ephigenio Sales, 2240. Apt 42, Torre
Rhodes - Aleixo
(92) 98120-3443/ 99195-0085

Livraria

LIVRARIA LÍRAZ
Rua Henrique Martins, Centro
(92) 2121-0200/0202

Ensino & educação

CENTRO DE ENSINO NILTON LINS
(20% A 27% Desc.)
Av. Nilton Lins, P. das Laranjeiras
(92) 3083-3000/3643-2000

COLÉGIO N. Sª AUXILIADORA (15% desc.)
Rua Silva Ramos, Centro
(92) 2125-1375/2125-1357

CEPEDI - Centro de Estudo Dirigido
Rua Pedro Álvares Cabral, 292, D.Pedro I
3321-1222

FACULDADE MARTHA FALCÃO (15% desc.)
Rua Natal, 300, Adrianópolis
2121-0900

FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ
Cursos de Graduação Presenciais e EAD (40%
desc.)
Constantino Nery, nº 3693- Chapada.
(92) 98418-8652

**CENTRO EDUCACIONAL SANTA
TERESINHA** (15% desc.)
Av. Sete de Setembro, 2107-Centro.
(92) 2101-8901/ 2101-8902

ECOCURSOS - Cursos de Capacitação EAD
(grátis).
(17) 3422-3725

Óticas

ÓTICA AVENIDA
(20% DESC em folha e 15% parc.)
Rua Barroso, Centro
(92) 3215- 4482/ 3215- 4452

ÓTICA LUPA
Rua Rui Barbosa, 121 – Centro
Atendimento em domicílio
(desc. 15% - 6x em folha; desc. 25% - a
vista)
(92) 8194-3458
(92) 92516254

Línguas

WIZARD
(30% DESC) Unidade Centro (92) 3635-
1828
Unidade C. Eliseos (92)3584-3867
Unidade Vieiralves (92) 3584-3264
Unidade Parque Dez (92) 3236-3674
Unidade Dom Pedro (92) 3238-4621
Unidade Cidade Nova (92) 3223-557

A ordem é endurecer!



XXII Plenária Nacional da Fenajufe discutiu os principais problemas que afligem a classe trabalhadora na atual conjuntura, e em especial a categoria dos servidores públicos federais. Durante todos os debates ao longo do evento, ficou clara a necessidade de união das categorias para resistir aos ataques do mercado e à retirada de direitos. Dos temas em discussão, destaque para a luta contra a reforma da previdência, revogação da reforma trabalhista e EC 95, além da derrubada da PEC 55/2016.

Páginas 6 e 7

Com manifestações por todo o Brasil, 'Dia do Basta' refletiu a insatisfação das classes trabalhadoras

Página 5

Servidores da JF participam de Feira de Saúde e qualidade de vida no trabalho

Página 5

Defender a Justiça do Trabalho, pois é nossa vida que está em jogo.

A campanha eleitoral começa e com ela vem os ataques ao Judiciário, principalmente à Justiça do Trabalho. São propostas que vão de restrição do alcance das decisões à extinção dessa justiça especializada e do Ministério Público do Trabalho (MPE). Mas o que representa esse cenário para o povo trabalhador?

Vivemos tempos de caça a direitos para compensar o desgaste da classe política com o empresariado, que tem forçado o governo a cortar custos de investimento nos direitos sociais, como saúde, educação e trabalho, para pagamento de juros da dívida e para sustentar os fortes subsídios e perdões da dívida com o caixa do governo pelos grandes barões da fortuna no Brasil, como bancos, megaempresas e agronegócio.

Mas a conta tem que fechar. Para dar a um, precisa tirar do outro. A matemática é simples: corta nos direitos do trabalhador para dar aos banqueiros e devedores.

Mas um X na equação não permite que o trabalhador acumule tantos prejuízos: é a Justiça do Trabalho que busca manter o equilíbrio nas relações laborais, evitando que o trabalho fique mais precarizado e que os trabalhadores tenham o pouco direito que lhes resta sonogados.

Outro importante elemento nessa conta é a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT), que fiscaliza os ambientes de trabalho, ajusta condutas e desmantela canteiros de trabalho escravo nas cidades e campos, além de ser o guardião do cumprimento da legislação, e de mediar as conquistas ou reconquistas de direitos para os trabalhadores.

Fica claro que o interesse do capital financeiro é financiar propostas que derrubem esses dois últimos obstáculos ao fim dos direitos e garantias para o trabalho. Num país de capitalismo selvagem, o interessante é aumentar a margem de lucro e destruir os entraves para isso. Nem que para tanto precisem gastar rios de dinheiros patrocinando grupos e candidatos que representam seus interesses. Nesse momento, é necessário que nós, trabalhadores do Poder Judiciário, em especial da Justiça do Trabalho, denunciemos essas propostas e manobras que visam acabar com a nossa justiça e o MPT. Precisamos deixar claro que a destruição da justiça do trabalho e do órgão ministerial só favorece os devedores, sonegadores e rentistas, deixando o trabalhador desprotegido e aumentando a massa de desempregados e do mercado informal. É nossa responsabilidade denunciar quem tem propostas que exterminam o trabalhador e seus meios de proteção ao trabalho digno e a garantia de direitos.

É NOSSA VIDA QUE ESTÁ EM JOGO!

Luis Claudio

Vice-Presidente do Sitra-AM/RR

O Informante é uma publicação mensal do SITRA-AM/RR dirigida aos seus associados na 11ª Região (AM/RR) - Rua Visconde de Porto Alegre, 1.012, Praça 14 de Janeiro. CEP: 69020-130. Telefone: (92) 3233-3449/3342-2167. Site: www.sitraam.org.br

Presidente: Edmilson Marinho de Araújo

Vice-Presidente: Luis Claudio dos Santos Corrêa

Secretário Geral: Douglas de Alencar Garavito

Diretoria de Administração, Finanças e Patrimônio: Ildefonso Rocha de Souza e Pio Agostinho Menezes Cordeiro

Diretoria de Imprensa, Comunicação e Cultura: Pedro Alves Prestes e Elilian Estella da Cruz Montibeller

Diretoria de Assuntos Sociais e Esportes: Osvaldo Henrique Rodrigues da Silva e : Juscelene Célia Matos Cavalcante

Diretoria de Formação Políticas, Sociais e Saúde Ocupacional: Marcus Vinicius de Lima Viana e Marivelton Rocha do Nascimento

Diretoria de Assuntos Jurídicos: Nelson Machado Barros e Wilace Miranda Braga Filho

Diretoria do Núcleo de Aposentados: Icleide Pereira dos Santos e Firmino Maciel Neto
Diretoria do Núcleo de Oficiais de Justiça: Janete Elane Sena Belchior e Eusa Maria de Oliveira Braga Fernandes

Diretoria do Núcleo de Agentes De Segurança: Allan Kardec Farias de Oliveira e Carlos Alberto Siqueira dos Santos

Delegados de base Boa Vista/Roraima: Edmilson Marinho de Araújo Junior e Evandro dos Santos Figueira

Conselho Fiscal: Marcus Vinicius dos Santos Prudente, Antônio Carlos Belém Taveira, Janes Almeida Nogueira; Célio Henrique Guerra, Allan Ricardo Moreira Candido, Luiz Gonzaga Cavalcante

Edição: Yndira Assayag - MTB/AM 041

Arte e diagramação: Repercussão Assessoria

Superação com fé

Servidor do TRT 11 vence doença com a ajuda do atletismo



Quase 20 anos lutando contra uma dor constante na coluna, provocada por problema que parecia não ter mais cura, o agente judiciário Ricardo Gomes, de 53 anos, que atua no TRT há 28 anos, conseguiu superar todas as dificuldades provenientes de três hérnias de disco com a ajuda do esporte, em especial, do atletismo. Após anos e anos de luta, o servidor público viu na modalidade a oportunidade de uma nova vida.

O agente judiciário revelou à reportagem de O Informante que, mesmo realizando alguns exercícios para tentar fortalecer a musculatura, as dores eram quase que suas companheiras de rotina. A musculação feita em academia não lhe trazia grandes resultados, o que lhe provocava um certo desânimo. Mas, em 2015, uma rápida espiada nos exercícios aeróbicos que eram passados pelo chefe de segurança aos servidores do Tribunal lhe mostrou um caminho, aquele que mudaria definitivamente sua vida para melhor e mais saudável.

“Eu olhava meus colegas fazendo os exercícios, mas sabia que eu não poderia estar ali, pois o meu problema de saúde não me permitia tal ação. Até que um certo dia resolvi arriscar e vi que eu poderia sim ter melhoras praticando outro esporte que não fosse musculação. Após frequentar as sessões do capitão surgiu o interesse pelo atletismo, desde então não parei mais de correr. O 'atletismo e Deus' me trouxe a cura”, contou Ricardo.

Ainda de acordo com o servidor, em 2015 mesmo ele começou a se dedicar aos treinos. Naquele ano, participou pela primeira vez de uma meia maratona, na qual conseguiu uma boa colocação. Em pouco mais de três anos, Ricardo afirmou que já coleciona mais de 100 medalhas de participações em maratonas, algumas delas de primeiro, segundo e terceiro lugar.

“Hoje, participo de todas as corridas realizada em Manaus. Já concorri em quatro meias maratonas, agora minha meta é de me superar cada vez mais. Estou me preparando para participar

de provas mais longas, que exigem mais desempenho. Quando paro para relembrar tudo que já passei, jamais imaginaria que eu conseguiria participar e disputar maratonas importantes, já que esse tipo de esporte não é aconselhado para quem sofre com hérnia de disco”, disse.

Ricardo comentou que já participou profissionalmente de quatro grandes maratonas de 21 quilômetros e que, no próximo mês, irá disputar a maratona internacional com percurso de 42 quilômetros. Com a aproximação da prova, o agente judiciário tem intensificado os treinos que acontecem três vezes por semana, numa rotina de quatro horas de exercícios sem intervalos.

Ricardo revelou ainda o desejo de superar desta vez, o seu próprio limite. “Em setembro, acontece a maratona de 42 quilômetros. Para esse tipo de prova, a coordenação estipula que a prova dure em torno de seis horas, porém, quero finalizar a minha participação em, no máximo, cinco horas. Tenho me dedicado e intensificado à minha preparação para que eu consiga bater essa meta. E sei que vou conseguir”, afirmou.

Por fim, o servidor disse que hoje vive naturalmente como qualquer outra pessoa, sem ter a necessidade de tomar remédios ou realizar qualquer tipo de tratamento e que, devido a essa melhora significativa de saúde, planeja participar, no próximo ano, da Olimpíada Nacional Trabalhista.

“Hoje, eu não sinto as dores provocadas pela hérnia. Lógico, não sou de ferro, após os treinos sinto desconforto devido aos fortes exercícios. Mas tudo foi e é superação. Me tornei um atleta, graças aos benefícios trazido pelo esporte. Fui persistente e confiante nos resultados que o atletismo poderia me render. A minha fé e determinação foram fundamentais para a minha ascensão no esporte”.

Treinos para as Olimpíadas se intensificam

Faltando pouco tempo para a XVII edição da Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho (ONJT), as equipes entram em clima de concentração total e os treinos até lá serão cada vez mais pesados. Mesmo com algumas dificuldades, a delegação que vai representar o TRT 11 este ano quer fazer bonito, e não está medindo esforços para aumentar o número de medalhas conquistadas em 2017.

As atletas do vôlei, por exemplo, só conseguiram dar mais gás ao ritmo dos treinos a partir de julho, pois além da rotina diária como mães, profissionais e mulheres, estavam com dificuldades em conseguir uma quadra, o que foi resolvido com o apoio do SitraAM/RR.

“Foi graças ao apoio do sindicato que fechamos uma parceria e conseguimos um local para trinar”, conta a atacante e capitã do time, Janete Elane Sena Belchior. Ela informa que as jogadoras treinam duas vezes por semana, às segundas e quartas-feiras, na quadra da escola Santa Terezinha, além de participarem de jogos amistosos aos sábados ou domingos.

As atletas estão confiantes e dizem que vão brigar por mais uma medalha para o regional. A Olimpíada Trabalhista acontece entre os dias 22 e 29 de setembro, em Blumenau-SC. Mesmo com uma rotina puxada, Janete Belchior, Roberlane Moraes, Silmara Régis, Elilian Montibeller e demais atletas do vôlei reconhecem que o esporte é motivador e que os benefícios à saúde valem todo o esforço. A rotina não é fácil, visto que, além do vôlei, algumas delas participam de outras modalidades na ONJT.

“Nos desdobramos nos treinos porque sabemos que o esporte traz muitos benefícios à saúde, bem como integração e alegrias no convívio com as amigas”, enfatiza Janete Belchior, que há seis anos lidera o time de vôlei. Para ela, garra, determinação, foco e a união reforçam e motivam a equipe a buscar mais uma medalha, mesmo em meio as dificuldades, como as que Silmara Régis precisa enfrentar.



“Minha rotina é bastante puxada, todos os dias acordo muito cedo e durmo muito tarde. O que me sustenta e me dá forças diante de toda essa correria é o apoio dos meus familiares e o orgulho que proporciono às minhas filhas”, conta Silmara.

A atleta fala que não tira folga desde as olimpíadas de 2007, quando entrou pro time de vôlei. Ano passado, ela trouxe oito medalhas para o TRT11. Mesmo assim, ainda encontra tempo para cursar direito em curso presencial.

Tiro ao alvo

Outro grande desafio das atletas do TRT 11 é o tiro esportivo. A preparação envolve treinamentos semanais, organização com os equipamentos e muita habilidade para o esporte, que concorre em



igualdade de condições com os homens.

Ellen Regina, Janete Belchior, Silmara Régis e Elilian Estela treinam na casa de um amigo também competidor. Ele cedeu um espaço, na própria residência, para dar continuidade aos treinos e poder garantir um bom lugar no pódio.

O SitraAM/RR, que apoia e incentiva as atletas, fornece alguns equipamentos, inclusive a carabina. As taxas de inscrições para que as atletas participantes da ONJT, em Blumenau, também foram patrocinadas pelo sindicato.

Natação

Em 2018, a natação perdeu ao menos três de suas atletas. “Não consegui espaço na agenda para os treinos”, diz Silmara, umas das que desistiu da natação este ano. Ela justifica que a participação em outros times como o de vôlei e o atletismo impossibilitam os treinamentos, que demandam dedicação e esforço pela intensidade da modalidade. Ela garante, porém, que não está abandonando a natação, “apenas dando um tempo”.

Janete e Roberlane também não conseguem conciliar o tempo para se dedicarem ao nado. Só resta torcer para que essas atletas conquistem muitas medalhas no vôlei, tiro ao alvo e atletismo e, que as nadadoras que lá estão tenham muita sorte nestas olimpíadas.

Aumenta a pressão pela revogação da EC 95

Aprovada em dezembro de 2016, a Emenda Constitucional 95 vem produzindo diversos efeitos negativos em todos os segmentos da sociedade brasileira. Estudantes, trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos, integrantes de movimentos sociais e, claro, a população de menor poder aquisitivo estão entre os mais prejudicados. O cenário chega a ser desastroso em relação a algumas políticas públicas importantes para a população.

Cortes em saúde, educação, ciência e tecnologia e outros setores essenciais ao desenvolvimento do País já apontam para um futuro de desmonte capaz de colapsar os serviços públicos. Especialistas de diversas áreas já declararam que os impactos da EC 95 são imprevisíveis. Por conta disso, representantes do funcionalismo da União vão intensificar a campanha para revogar a EC 95. O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos (Fonasefe) planeja promover abordagem mais efetiva aos parlamentares, principalmente os que votaram favoravelmente às propostas que, entre outros pontos criaram o teto que limita, por 20 anos, os gastos do governo.

Entre os principais reflexos que podem ser citados como exemplos dos retrocessos causados pela EC 95 está a quase total decadência do setor de ensino e pesquisas no Brasil, cujas instituições estão morrendo à míngua. Só para se ter uma ideia, em 2015, o orçamento para investimento nas universidades era R\$ 13 bilhões, em 2017 caiu para R\$ 8,7 bilhões e a previsão para este ano é R\$ 5,9 bilhões, menos de 50% do orçamento de 2015.

Já na área de saúde não é necessário muito esforço para constatar os prejuízos. Basta lembrar do retorno de doenças já consideradas erradicadas no País, a exemplo do que ocorre com o sarampo, e do aumento de outras que já estavam praticamente controladas, como a caxumba e a malária.

Mas desde o início, a estratégia do governo Temer sempre foi sucatear o serviço público brasileiro para favorecer a atuação do mercado privado em áreas como a Educação e a Saúde. Afinal, precarizando o serviço público, convencem a população de que ele não funciona, o que favorece o mercado privado, que aparece como alternativa para a população que precisa dos serviços. No Poder Judiciário e Ministério Público da União (PJ/MPU), os efeitos da EC 96/16 vem

A estratégia do governo sempre foi sucatear o serviço público. Afinal, precarizando o serviço público, convence a população de que ele não funciona, o que favorece o mercado privado.

impedindo, por exemplo, a contratação de novos servidores pra preencher as vagas deixadas por aqueles que se aposentaram no último período, além de uma redução brutal nas vagas de serviços de apoio como limpeza e segurança e corte na estrutura de material e manutenção nos fóruns em todo o País.

Em várias capitais

O movimento liderado pelo Fonasefe aposta no que os dirigentes de entidades representativas de servidores em todo o País esperam que aconteça: que a sociedade entenda a importância da campanha e ajude a pressionar o Congresso Nacional a rever a proposta aprovada em 2016. O fórum promoverá ações em várias capitais

do País para disseminar a campanha, prioridade para o funcionalismo federal, na concepção dos dirigentes sindicais.

Uma comissão do Fonasefe vem discutindo desde abril a linha de atuação da campanha de valorização e de luta contra os ataques sofridos pelo serviço público. Assim, segundo o movimento, a revogação da EC 95 permitirá alocar recursos para investimentos, que alegam estar impossibilitado pelo congelamento dos gastos. A comissão vai elaborar cartilha detalhando os efeitos da emenda para a população. Outras peças também serão criadas sobre o tema.

Dentre os efeitos da emenda, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta que haverá impacto direto no poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores. No caso dos servidores, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que os critérios de aumento dos gastos com pessoal se deem com base na Receita Corrente Líquida (RCL).

Já no caso do pessoal da iniciativa privada, quem tem o salário mínimo como referência, a possível alteração na metodologia do reajuste do piso pode vir a provocar perdas de ganho real.

Inflação corrige despesas

Com a EC 95, os gastos federais este ano só poderão aumentar conforme a inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O indicador a ser considerado para o cálculo de gastos será o acumulado em 12 meses, até junho do ano anterior. Assim, em 2018, por exemplo, a inflação usada será a medida entre julho de 2016 e junho de 2017.

A limitação vale para orçamentos fiscal, da seguridade social, órgãos e Poderes da União. Haverá limites para tribunais, CNJ, Senado, Câmara e MPU, entre outros.

Mais um avanço na criação da Polícia Judiciária

São cada dia maiores as chances de criação da Polícia Institucional do Poder Judiciário da União. Consulta sobre o tema (de número n.º 0001370-24.2012.2.00.0000) foi acatada por unanimidade pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sessão no dia 26 de junho.

Há anos em tramitação, o pleito é da Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário da União (Agepoljus), que também sugere o aprimoramento das políticas de segurança no Poder Judiciário. Durante a sessão que avaliou a consulta, o conselheiro relator, Fernando Mattos, ressaltou a importância da aprovação, e enfatizou que a segurança é um problema generalizado em todo PJU, com acontecimentos que agravam os atentados contra a integridade de magistrados e servidores.

A consulta foi formulada ao Conselho com a pretensão de sanar questionamentos em três eixos distintos e o resultado positivo se deu graças ao empenho da Fenajufe, sindicatos filiados e mobilização do próprio segmento. A Federação e seus sindicatos são contrários à terceirização e afirmam que a função, nas unidades do PJU e MPU, deve ser exercida apenas por agentes de segurança judiciária.

No âmbito do PJU, o poder de polícia

administrativa interna tem o escopo de assegurar a ordem dos trabalhos dos tribunais, bem como proteger a integridade física dos magistrados, servidores, das instalações físicas e de todos aqueles que as frequentam.

Vitória

O presidente da Agepoljus, Roniel Andrade, avaliou o resultado da consulta como uma vitória da categoria, visto que a sinalização positiva do CNJ contribui para a celeridade do processo de uma luta já

A segurança é um problema generalizado em todo o PJU, com acontecimentos que agravam os atentados contra a integridade de magistrados e servidores

antiga dos agentes de segurança. “Diante da escalada crescente da violência e da criminalidade, que afeta diretamente os órgãos do Poder Judiciário, colocando em risco a própria atividade jurisdicional, a regulamentação do poder de polícia administrativa torna-se necessária”, comentou.

Andrade acrescentou, ainda, que, a autonomia dos tribunais seria

suficiente para acatar e organizar sua polícia administrativa interna, no entanto, por garantia constitucional, foi solicitado ao CNJ o encaminhamento de um Projeto de Lei (PL) para que o congresso venha inserir na Constituição a criação da polícia da Polícia Administrativa, visto que a Agepoljus conta com o apoio de alguns deputados e senadores. Ainda conforme o presidente da Agepoljus, já existe a atribuição de Polícia Institucional, com poder de polícia interna, em alguns tribunais do país, como no TRT 2 e TRT 9, nos Estados de São Paulo e Paraná, respectivamente.

“Nós estamos trabalhando juntamente com o relator, Fernando Mattos, para que seja feito um alinhamento de conduta. Queremos que o CNJ oriente os tribunais para uma padronização”, informou, acrescentando que, paralelo a isso, solicitaram o encaminhamento de um Projeto de Lei e a criação de uma PEC reivindicando mudanças no artigo 96 da Constituição Federal, para colocar na Lei essa possibilidade de os tribunais organizarem a sua própria polícia.

Roniel Andrade informou que há, atualmente, mais de 6 mil agentes de segurança em todos os TRTs do país, e que esse efetivo é semelhante número de agentes que atuam na Polícia Federal (PF) brasileira.

Porte funcional e pessoal

O presidente da Agepoljus informou também que com a criação da Polícia Institucional fica assegurado o direito ao porte funcional de arma. Para isso, os agentes terão que passar pelo processo de habilitação para ter a liberação do porte de arma de fogo. “Tivemos uma reunião com o delegado Eder Rosas, chefe da Divisão Nacional de arma de fogo da Polícia Federal, em que tratamos a questão do porte de arma. Ficou esclarecido que, uma vez que o agente de segurança está exercendo a atividade policial interna do tribunal, com uma arma institucional, usufruindo do porte funcional, será mais fácil conseguir o porte pessoal”.



O presidente da Agepoljus, Roniel Andrade, com o coordenador da Fenajufe, Marcelo Melo, em reunião com autoridades da Polícia Federal para tratar sobre a concessão do porte pessoal de arma de fogo para os agentes de segurança.

Filiados se divertem em arraial agostino

Música ao vivo, guloseimas de época, danças típicas e muita animação marcaram a festa agostina promovida direção do SitraAM/RR para confraternização os seus afiliados e familiares, no último dia 3 de agosto.

O evento aconteceu no clube da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas (Affeam), em São Francisco, e contou com grade participação de associados, muitos, inclusive, fantasiados à caráter para deixar o clima de arraial ainda mais bonito.

Desde a chegada ao local, os associados já tinham acesso às mesas e comidas típicas servidas gratuitamente aos presentes. Era só pegar as fichinhas que estavam sendo distribuídas para deixar o serviço do buffet ainda mais organizado e se deliciar com o que quisesse.

Do churrasco ao tacacá, passando pelos diversos tipos de bolos e mingaus típicos dos arraiais, estava tudo muito saboroso, segundo comentaram os participantes, que também elogiaram a escolha do local.

O presidente do sindicato, Edmilson Marinho, e a diretora do núcleo dos aposentados, Icleide Pereira, deram as boas-vindas ao público, ressaltando que a festa era de todos e para todos, e que estavam muitos satisfeitos e felizes em recebê-los para mais uma confraternização da família SitraAM/RR.

“Tudo aqui foi feito com muito carinho para vocês, por isso, sintam-se acolhidos e desfrutem da nossa festa”, afirmou Icleide. A animação musical ficou por conta do músico convidado Ari Meneses,



que fez dupla com um dos talentos da casa, o servidor aposentado Icleiomar Pereira dos Santos, carinhosamente conhecido como Sabará, que soltou a voz e botou o público para dançar. “O sindicato tá de parabéns. A festa está maravilhosa. Local bom, comida boa... Top, top, top”, comentou Regina Mendes, esposa do associado José Edimar Pinheiro Mendes. E como arraial sem bingo não é arraial, algumas atletas que representam o regional na Olimpíada Nacional Trabalhista aproveitaram a ocasião para promover um animado bingão, com direito a cinco prêmios. “O dinheiro arrecadado servirá para ajudar nas despesas com o nosso técnico”, informou a jogadora Janete Belchior, do time de voleibol.

O vice-presidente do sindicato, Luis Claudio Correa, também marcou presença na festa ajudou na animação do bingo.

Um dos momentos mais divertidos da noite foi o da quadrilha improvisada do SitraAM/RR, com direito a casamento obrigado e até fuga de padre do local. A noite foi encerrada com a apresentação da quadrilha alternativa New Shake na Roça, com uma proposta folclórica bem distinta do convencional: o tema 'Espelho, espelho meu', que recontou de um jeito muito divertido a história de Branca de Neve, seu príncipe e sua madrasta má.

Quem ficou até o fim, não se arrependeu.



Parceria de crédito - Sicoob Credijustra

A Sicoob Credijustra, em parceria Sitra-AM/RR, patrocina 100% a taxa de inscrição para o servidor público que quiser participar da XVII Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, entre 22 a 28 de setembro, na cidade de Blumenau (SC).

Para ganhar o valor ou ter o reembolso da taxa de inscrição é muito simples. Basta o servidor abrir uma conta na Sicoob. Para os que já são associados à instituição, é só indicar um colega de trabalho. Havendo a abertura, o valor é restituído para quem indicou. O processo deve ser feito até 13 de setembro.

A promoção não é cumulativa, ainda que o atleta abra mais de uma conta ou tenha mais de uma indicação efetivada, o mesmo ganhará, somente, o valor de uma inscrição. Vale lembrar que a promoção é limitada e atenderá os primeiros 200 antigos e novos associados.

Entenda o Sicoob Credijustra

O gerente de atendimento digital, Marcílio Luiz Gonçalves, explica que o Sicoob não é um banco, mas sim, uma

cooperativa de crédito exclusiva para servidores da Justiça do Trabalho, que oferece os mesmos serviços e produtos de um banco.

“Todo segmento tem uma cooperativa de crédito que oferece os mesmos serviços de um banco. Hoje, a Credijustra é a quinta maior instituição financeira do país, ultrapassando grandes bancos em números de associados. Nosso princípio e diferencial é que transformamos os nossos associados em donos da instituição”, disse Marcílio.

Entre os produtos e serviços oferecidos pela Sicoob Credijustra estão: conta corrente; crédito consignado com taxas abaixo do mercado; empréstimo pré-aprovado; cartão de crédito; financiamentos de veículos e imóveis; investimentos, consórcios e seguros. Um outro diferencial da Sicoob é o adiantamento de salário para os associados. Quem possui uma conta na instituição recebe seu benefício trabalhista com um dia de antecedência dos demais servidores não associados.

SitraAM/RR assumirá contrato com Unimed nacional, caso não firmado com o TRT 11

Em reunião ocorrida no dia 10 de julho, com representantes da Unimed, TRT 11, SitraAM/RR e Amatra, o presidente do sindicato, Edmilson Marinho, aceitou assumir o contrato com a operadora Central Nacional Unimed, caso o mesmo não venha a ser firmado com o TRT 11.

O SitraAM/RR já agiu da mesma forma para preservar o direito dos servidores quando assumiu o contrato com a Uniodonto e, recentemente, em relação ao contrato com a operadora AMIL Saúde.

A hipótese foi levantada durante a apresentação da Central Nacional Unimed sobre a carteira que deverá assumir com a prestação de serviços para os usuários Unimed Manaus, incluindo os servidores do TRT 11. Para o presidente do sindicato, o

importante é que os servidores tenham seus direitos preservados.

"Temos estrutura e se for necessário ampliaremos o quadro de funcionários para assumir os trabalhos de gestão dos planos de saúde", completou Edmilson.

O dirigente também ressaltou que isso não vai impactar na contribuição dos servidores para a entidade. "Estamos bem organizados e não será necessário aumentar a contribuição para realizar o trabalho". A reunião foi realizada na sala multiuso, no 8º andar do prédio-sede do tribunal.

As tratativas entre a Unimed Manaus e a CNU estão sendo acompanhadas de perto pela administração do TRT 11 e pelas entidades de classe dos servidores e magistrados, SitraAM/RR e Amatra.

'e1%' completa 5 anos

Formação com valorização! Essa foi a ideia inicial do projeto 'e1%', que está completando 5 anos com o número de 2000 certificados expedidos e cerca de 500 servidores tendo recebido seu 'Adicional de 1%' por ação de treinamento no salário mensal.

Nem todo servidor tem a oportunidade de participar de treinamento interno do TRT 11. Por isso, a plataforma online do projeto foi pensada para atender os sindicalizados para cumprimento das exigências para o recebimento do adicional, correspondente a até 3% do salário base.

O projeto conta com a parceria da Ecocursos, e é cada vez maior o número de servidores que buscam formação dentro do tempo adequado à rotina do seu dia a dia. É visível que a valorização estimula o servidor para o trabalho e o adicional de 1% a que têm direito automático a cada 120 horas de cursos é um desses estímulos.

Os servidores sindicalizados que ainda não realizaram sua matrícula podem fazer através do site www.sitraam.org.br, clicando no banner do e1% - Cursos Gratuitos para sindicalizado, ou mesmo no site www.ecocursos.com.br, para realizarem seu cadastro e escolherem o curso de sua preferência. Mais informações pelos números (92) 3233-3449 ou (92) 3342-2167 ou em nosso WhatsApp sindical (92) 99267-1890.

Encerrado

O SitraAM/RR está encerrando o contrato com o curso Multiplus para oferecimento de pós-graduação online e gratuita, mas estão mantidas as matrículas que cumpriram os requisitos para o recebimento da especialização.

Os filiados que se encontram com pendências de recebimento de diplomas ou de colação de grau devem entrar em contato com o SitraAM/RR pelos números 3233-3449 / 3342-2167 / 99267-1890 (WhatsApp).

Os servidores que estão com o curso em qualquer outra fase também podem entrar em contato para resolver a melhor forma de encaminhamento.

O SitraAM/RR já está em fase contratual de uma nova plataforma de cursos de pós-graduação online para os filiados(as).

'Dia do Basta' refletiu insatisfações

Com manifestações por todo o Brasil, o 'Dia do Basta', na última sexta-feira (10), refletiu a insatisfação das classes trabalhadoras e massas populares mais pobres contra as medidas cada vez mais abusivas do ilegítimo governo Temer, que só resultam em preços abusivos, desmonte dos bancos e empresas públicas, retrocessos sociais, e retirada de trabalhista, culminando no desemprego interminável e ainda mais miséria para quem já não tem quase nada.

Em todos os grandes centros do país, manifestantes saíram às ruas com bandeiras e cartazes que pediam por mais respeito ao povo brasileiro, começando com a revogação da Emenda Constitucional 95/16 e a Reforma Trabalhista. Em Manaus, o ato reuniu cerca de 400 pessoas na praça Heliodoro Balbi, (praça da Polícia), no centro da cidade.

Na oportunidade, representantes de movimentos sindicais e sociais rumaram até à Praça do Congresso pedindo também a imediata revogação do imoral 'teto dos gastos', que congela por duas décadas os investimentos aos setores públicos, principalmente na área da saúde, educação e segurança, e que tem deteriorado sobremaneira a qualidade de vida do cidadão.

Além dessa pauta, a classe reivindicava contra as propostas de privatizações, contra o aumento desenfreado do desemprego, os constantes e abusivos aumentos dos produtos como gás de cozinha, combustíveis e energia



elétrica, a favor do fortalecimento da democracia, da preservação das condições de empregabilidade e aposentadoria, da política salarial contínua, data-base e negociação coletiva.

A presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Isis Tavares, disse que o brasileiro precisa, neste momento, se unir aos movimentos e dizer um basta aos desmandos e ataques feitos pelo governo. Tavares acrescentou que, “após as reformas, trabalhadores além de serem explorados estão sendo submetido a condições desumanas”.

Servidores da JF participam de feira de Saúde da seccional



Servidores da Justiça Federal do Amazonas participaram da 17ª Feira de Saúde da seccional, realizada no último dia 24 de agosto, no Edifício Rio Negro. O evento, que teve como tema 'Meio ambiente do trabalho equilibrado: direito do servidor e garantia de qualidade de vida', foi organizado pelo Comitê Gestor do Programa de Qualidade de Vida da Seção Judiciária do Amazonas (Pro-Bem Amazonas), em parceria com a Secretaria de Comunicação Social (Secos).

Na oportunidade, os servidores puderam contar com os serviços de imunização, massagem relaxante, além dos stands de moda fitness, produtos naturais, refeições saudáveis e distribuição de mudas pela Secretaria

Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

O juiz de trabalho do município de Presidente Figueiredo/AM, Dr. Sandro Nahmias, proferiu ainda a palestra que abordou sobre 'O direito à sadia qualidade de vida do servidor público no meio ambiente de trabalho'. Durante o discurso, o magistrado enfatizou aos servidores presentes a importância da ergonomia e boas edificações do estabelecimento de trabalho em torno dos tempos modernos, fazendo alusão às consequências do uso excessivo de aparelhos tecnológicos na saúde física e psíquica do trabalhador.

Participante assíduo das edições da Feira de Saúde Seccional da Justiça Federal, o servidor e sindicalista Ronaldo Cavalcante de Souza comentou sobre a importância de realizar esse tipo de evento para a classe.

“Esse tipo de ação é valioso para nós servidores. É um dia do ano em que podemos contar com vários serviços no próprio ambiente de trabalho. Foram realizadas palestras e orientações sobre questões referentes a uma qualidade de vida melhor, com boa alimentação e bons hábitos. Além disso, pudemos prestigiar uma exposição de artesanato. Tudo que foi oferecido na feira é de fundamental importância”, disse Ronaldo.

Ao fim da palestra, foram sorteados prêmios aos servidores ofertados pelas empresas parceiras que participaram da Feira de Saúde.

Plenária Nacional debate problemas da categoria

Realizada no período de 2 a 5 de agosto, em Salvador, Bahia, a XXII Plenária Nacional da Fenajufe trouxe à luz das discussões os principais problemas que afligem a classe trabalhadora na atual conjuntura nacional, e em especial a categoria dos servidores públicos federais. Durante todos os debates ao longo do evento, ficou clara a necessidade união das categorias para resistir aos ataques do mercado e à retirada de direitos, o que passa pela necessária luta pela revogação da EC 95 (Emenda Constitucional), hoje um dos maiores entraves ao crescimento do setor público e do país como um todo.

Em sua fala, durante a abertura da plenária, a coordenadora de comunicação da Fenajufe, Mara Weber, alertou sobre o risco de se fazer lutas isoladas e convidou os delegados e as delegadas a uma reflexão sobre a importância da luta unificada e a necessidade de reaproximar a Federação das Centrais Sindicais.

Outro coordenador que abordou a união das categorias pelo bem maior de todos foi Costa Neto, segundo quem a unidade para a luta é o caminho para superar a má fase que passa o setor público e a sociedade brasileira. O coordenador destacou que a batalha dos servidores deve ser em torno de pontos prioritários para a categoria, deixando de lado as divergências ideológicas.

Ainda na noite de abertura do evento foi feita uma análise do cenário para os servidores públicos em toda a América Latina, onde o quadro de ataques não se diferencia muito, a exemplo do que vem ocorrendo na Argentina e Uruguai, onde governos ultraliberais atuam na defesa dos interesses dos mercados.

Nos dias subsequentes da Plenária Nacional, as discussões foram pautadas pelas lutas prioritárias na atuação do movimento sindical do Judiciário Federal e MPU. Dos temas em discussão, destaque para a luta contra a reforma da previdência, derrubada da EC 95 e da PEC 55/2016, o apoio à auditoria da dívida



pública e a data-base.

Sobre isso também foi discutida a mobilização para a construção do 12 de setembro, com ato em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, quando o ministro Dias Toffoli toma posse como novo presidente da corte, substituindo Cármen Lucia. Os servidores vão exigir respeito à pauta do segmento.

Conjuntura Nacional

A necessidade de construir, através da unidade e resistência, uma alternativa para os trabalhadores frente ao cenário de crise em que vive o país e os problemas nos processos licitatórios para escolha dos planos de saúde para os servidores, enfrentados pelos tribunais foram os temas tratados na Conjuntura Nacional, aprovada pelos delegados e delegadas da XXII Plenária Nacional da Fenajufe, em Salvador.

“A crise atual expõe as contradições profundas de um regime supostamente democrático em uma economia



periférica e uma sociedade extremamente desigual”, diz um trecho do documento aprovado pelos delegados.

“As bases desse padrão de reconfiguração do estado e da economia no Brasil assentam-se em um processo de reversão neocolonial, com inserção ainda mais subordinada da economia brasileira no mercado internacional, e pressupõe, como condição para o acúmulo de capitais privados e a retomada do ciclo econômico, o rebaixamento geral do padrão de vida da população trabalhadora – com redução de salários diretos e direitos prestados pelo estado. Daí a centralidade de iniciativas como a reforma trabalhista e lei das terceirizações, a reforma da previdência, e a EC 95/2016”, explana outro trecho do texto.

Resistência

Um dos momentos marcantes na Plenária de Salvador foi quando as mulheres entraram em resistência contra a retirada, das discussões, de pautas que não específicas, como a defesa das políticas de igualdade de gênero, defesa das mulheres, LGBTQIs, negros e outras defesas de caráter social. As militantes questionaram ainda a ausência de políticas de gênero nas entidades sindicais.

Quadro de resoluções aprovadas

Resultado de muita discussão, debates e contraposição de ideias entre os delegados e delegadas participantes da XXII Plenária Nacional da Fenajufe, em Salvador, o Plano de Lutas aprovado no evento apresenta como prioridades dos servidores do Judiciário Federal e MPU a busca unificada pela data-base, reposição das perdas e manutenção de parcelas incorporadas.

Pelo aprovado, a Fenajufe, em conjunto com outras entidades sindicais, além do Fonasefe/Fonacate

-, dará continuidade ao trabalho com foco no Congresso Nacional, na abordagem e convencimento dos parlamentares da justa necessidade da data-base para os servidores públicos. Trabalho semelhante deverá também ser desenvolvido junto ao Poder Judiciário da União. O principal argumento é o respeito ao cumprimento do inciso X, do art. 37 da Constituição, que garante a data-base para os servidores públicos.

Ainda pelo fortalecimento da luta pela data-base, os plenaristas

aprovaram que a Fenajufe incorpore as deliberações da campanha salarial de 2018 do Fonasefe.

Da pauta específica, as resoluções aprovadas orientam a luta pela reposição salarial, o pagamento dos 13,23% e a manutenção dos quintos, lutas às quais a Fenajufe e os sindicatos de base têm dedicado esforço concentrado. O combate às metas abusivas, a paridade entre aposentados e pensionistas e a garantia da GAS na aposentadoria também foram lutas reforçadas e consagradas pela Plenária Nacional.

Conheça algumas das principais resoluções da pauta específica do Plano de Lutas

- Por uma política salarial que recomponha os salários anualmente, reponha as perdas acumuladas e garanta ganhos reais! Garantia de pagamento das últimas parcelas da lei 13.317, conquistada em 2016.

- Não às carreiras exclusivas para os tribunais superiores!

- Defesa da recomposição do quadro de servidores, com o provimento imediato das vagas oriundas de aposentadorias!

- Não às mudanças que retirem direitos, funções e desqualificam o funcionamento dos órgãos, como a criação de supersecretarias em debate em setores da Justiça Federal e de outras justiças.

- Defesa da jornada para 6 horas diárias e 30 horas semanais, sem redução salarial!

- Combate às metas abusivas! Contra qualquer política de gratificação de desempenho!

- Paridade entre ativos e aposentados!

- Pela regulamentação da aposentadoria especial dos servidores com deficiência e daqueles que executam atividades insalubres, perigosas ou de risco.

- Pelo direito à aposentadoria a todos os servidores, com a crítica firme ao regime de previdência complementar.

- Contra o auxílio-moradia à magistratura e o projeto de privilégios em debate da nova Loman.

- Defesa da unificação dos valores dos auxílios-alimentação, pré-escolar e de assistência médica, em

todos os órgãos do PJu e MPU, pelo maior valor, com recomposição inflacionária.

- Pelo fortalecimento dos planos de saúde de autogestão pela própria administração do PJu e MPU!

- Combate e vedação de todas as formas de terceirização no PJu e no MPU, como acontece em todas as áreas, como informática, etc. Pela ocupação exclusiva para servidores do quadro efetivo do PJu e do MPU em funções comissionadas e cargos em comissão.

- Pela constituição do Fórum Nacional de Combate ao Assédio Moral! Pela realização de campanhas contra assédio moral e sexual em todo Judiciário e MPU.

- Que a Fenajufe garanta a estrutura necessária para o funcionamento do Coletivo de Saúde no Trabalho da Fenajufe – Consaúde, com a efetivação da contratação de assessoria técnica em saúde, já aprovada em Congresso.

- Pela garantia de acessibilidade plena às pessoas com deficiência nos prédios dos órgãos do Judiciário e MPU, nos sistemas de trabalho e nos canais de consulta pública!

